

CULTURA

REVISTA DE LETRAS



1926

1

CULTURA

REVISTA DE LETRAS

*PUBLICADA POR UM GRUPO DE ALUNOS
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA*

DIRECTOR

JOSÉ MANVEL DA COSTA

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO

ÁGVIA DE PINA

ADMINISTRADOR — JOSÉ FERNANDES JUNIOR

REDACÇÃO E
ADMINISTRAÇÃO
NO LARGO DO DI-
RECTÓRIO, 8, 3.º

COMPOSTO E
IMPRESSO NO
LARGO DO CON-
DE BARÃO, 50

ASSINATURAS

TRIMESTRE

Continente e Ilhas	Esc. 15\$00
Colónias portuguesas e Brasil	> 18\$00
Estrangeiro	Frs. 15,00

PROPRIEDADE DE J. A. A. PINA

CULTURA

REVISTA
DE

LETRAS

JORNAL

1

LISBOA, FEVEREIRO DE 1926

LETRAS

REVISTA
DE

CULTURA

Os alunos da Faculdade de Letras de Lisboa, tendo tido conhecimento de que na vida prática de nada servia o diploma do curso que, com tantas dificuldades, tanto trabalho e tantas despesas, andavam tirando, iniciaram há já seis anos um movimento pacífico e ordeiro de pedidos constantes aos poderes constituídos, para que se procurasse dar algum remédio à sua melindrosa situação.

Dezenas de vezes se reuniram aqueles alunos, para discutirem e assentarem na melhor maneira de conseguir o seu desejo, e dezenas de vezes os mesmos alunos subiram e desceram as escadarias dos Ministérios e do Parlamento, mas sempre sem fruto e sem, ao menos, trazerem dali uma débil esperança de poderem um dia alcançar o que tão justamente pretendiam.

Muitas desconsiderações, muitos desgostos e muitos dissabores sofreram eles por várias vezes, porque na nossa terra é essa a sina de quem pede com razão e com brandura.

Desiludidos e cansados, os mesmos alunos resolveram há duas semanas protestarem contra as desconsiderações e vexames de que têm sido vítimas, declarando-se em greve até cabal satisfação das reclamações que pouco depois iriam apresentar.

Em todas as manifestações da natureza da que ora estão fazendo os alunos da Faculdade de Letras de Lisboa, e solidariamente com elles os seus colegas de Coimbra e do Porto, a crítica apaixonada e facciosa não perde a oportunidade de exercer o seu deletério e criminoso officio, interpretando a seu modo os factos, deturpando, inventando e caluniando até.

Côscios da justiça das suas pretensões e conscios da lealdade e correcção de processos por elles empregados para reivindicar os seus direitos, e para que se veja quanto é real e sincero o desejo que têm de ver resolvida quanto antes esta lamentável questão, os alunos da Faculdade de Letras de Lisboa resolveram aceitar dos seus colegas das outras Faculdades e Escolas apenas o apoio moral.

Vários são os pontos que desejavam de certo modo ver regulamentados, os quais passamos a

enumerar, aduzindo ao mesmo tempo para cada um déles os fundamentos respectivos.

1.º Assim como as funções de carácter médico e jurídico só podem por lei, ser exercidas por indivíduos formados respectivamente em medicina e em direito, assim também desejam os alunos da Faculdade de Letras de Lisboa, e com elles os das do Pôrto e Coimbra, que as funções do magistério secundário official só possam ser exercidas por indivíduos formados em letras ou em sciências, conforme as especialidades.

Esta pretensão, que é iminentemente justa, funda-se em duas razões capitais:

a) há toda a necessidade de fazer do official uma profissão exercida única e exclusivamente por profissionais, devida e legalmente habilitada, e não por amadores que, tendo outros meios de vida, procuram nas horas vagas ganhar mais uns vintens, usurpando assim egoísta e criminosamente direitos alheios, ou por indivíduos que, tendo provado mal na carreira que escolheram, vão procurar nos liceus e mais escolas secundárias suprir a sua insuficiência, sem se lembrarem de que com isso deixam ficar sem pão muitos indivíduos que especialmente se preparam para o magistério, e que fora dessa profissão a nenhuma mais condigna podem por lei ser admitidos;

b) há toda a necessidade de definir e fixar as regalias devidas à classe dos licenciados em letras e em sciências, precisamente como sucede com as classes dos médicos e dos advogados. Não há, com effeito, razão séria para que os advogados por exemplo, queiram para si e se lhes dê o monopólio das profissões jurídicas e se negue tenazmente aos licenciados em letras e em sciências o monopólio do ensino secundário official. Se algum médico, advogado, official do exército ou da marinha, etc., pretendem ser professores liceais, um caminho têm a seguir: é frequentarem os cursos de letras ou de sciências, como qualquer outro aluno, e seguirem, enfim, as vias legais. Se um licenciado em letras pretender exercer a profissão de médico ou de advogado, ninguém disso o impedirá, desde que elle vá previamente cursar medicina ou direito. Isto é claro e é logico.

Houve já quem se servisse do absurdo argumento de que as Faculdades de Letras e de Ciências não têm por fim preparar professores.

— Então que fim têm? Se nenhum, melhor seria extingui-las, porque isso certamente muito concorreria para a já decantada compressão de despesas.

Por outro lado, se não pertence às Faculdades de Letras e de Ciências preparar professores, menos ao Ministério da Instrução Pública, que até aqui tem vendido diplomas de professores a centenas de indivíduos, a quem só pede a certidão do curso dos liceus!

Argumentar que a missão de preparar professores pertence às Escolas Normais Superiores é sofismar a lógica e a boa razão: que é que se aprende nas Escolas Normais Superiores? assunto meramente de pedagogia; e que é que se ensina nos liceus? tudo menos matéria pedagógica.

O que se estuda nas Faculdades de Letras e de Ciências é precisamente o que se ensina nos liceus, e é por lei o que se exige para se ter ingresso nas Escolas Normais Superiores.

Argumentar que as Faculdades de Letras e de Ciências são escolas de alta cultura apenas é, ingenuidade se não malevolência. E se assim fosse aquelas Faculdades seriam anacrónicas.

Com efeito, quem há hoje em Portugal que se disporia a tirar qualquer dos cursos professados naquelas Faculdades, pelo simples gosto de adquirir alta cultura científica e literária?

Alguns nababos apereceriam, sim, mas em número tão deminuto, que se não poderia de modo algum justificar a manutenção daquelas duas Faculdades.

Os alunos que têm frequentado as Faculdades de Letras e de Ciências são na sua quase totalidade pobres, ou, pelo menos não ricos, e certamente, não possuindo eles o condão de poder viver do ar, procurariam outra carreira, se não vissem nas suas Faculdades uma finalidade pratica.

Do exame dos Factos e da lei não se pode deixar de concluir que as Escolas Normais Superiores são um complemento natural das Faculdades de Letras e de Ciências.

2.º O enunciado da primeira pretensão concreta e consubstancia todas as aspirações dos alunos da Faculdade de Letras. Se aquela pretensão fosse integralmente satisfeita, nada mais haveria a acrescentar a esta exposição, podendo relegar-se o res-

to para quando se regulamentasse especialmente a questão.

Infelizmente as coisas não podem ficar por aqui; conhecendo as intenções de quem põe e dispõe em coisas de instrução, os alunos da Faculdade de Letras de Lisboa, desejosos de que tudo se resolva pelo melhor e sem atitudes de irreductibilidades caprichosas, propõem pelo menos a seguinte solução:

a) que para o futuro só possam passar à categoria de professores effectivos os individuos que tenham com aprovação o exame de estado;

b) que, para o preenchimento de vagas de professores provisórios dos liceus, tenham os licenciados em letras e em sciências preferência sobre quem quer que seja.

c) que se anule totalmente o valor dos diplomas de ensino livre para effectos de concurso aos lugares de professores provisórios dos liceus.

O uso que se tem feito do diploma de ensino livre é um dos factos que mais tem indignado os alunos da Faculdade de Letras de Lisboa, porque o reputam de uma immoralidade inaudita.

Com efeito, tendo sido aquele diploma passado a individuos que, perante o respectivo regulamento, só tinham o 7.º ano dos liceus, e tendo terminado o prazo para a sua venda pela módica quantia de 300 escudos, é verdadeiramente afrontoso para a moral pública que se lhe dê validade nos concursos para professores provisórios, e se negue a mesma validade ao diploma da licenciatura em letras ou em sciências, que não custa 300 escudos, mas milhares d'êles, e um trabalho aturado durante quatro anos.

Isto, não só é afrontoso para a moral pública, como o é para a dignidade da própria Universidade.

Este e outros factos acima apontados, e muito mais que propositadamente omitimos, para todo o corpo Universitário não só de Lisboa, como do país inteiro, a maior das infâmias, o mais vil dos insultos.

Assistir passivamente a esta criminosa e insolente usurpação de direitos legítimos; consentir assim, sem dar um ai sequer, que se continue abastardando cada vez mais a instrução nacional; permitir ainda mais que se nos negue o direito de reclamar o que nos é devido, são atitudes com que nos não podemos conformar, são procedimentos que se não coadunam com o nosso sentir de portugueses e de homens livres.

PUBERDADE



As mãos que eleva a Deus ungidamente,
Num gesto doce lílial sorrindo...
São açucenas côr de rosa abrindo
No seu debil corpinho adolescente!

Horto de rosas num vergel florindo,
Sua bôca infantil, casta, inocente,
C'a amorosa e limpida nascente
Que a minha sêde aos astros vem pedindo!

Hora sagrada e só! Subtil momento,
Em que a alegria é quasi sofrimento
E em meus braços a deita e desfalece...

Em que a alma pressente deslumbrada
Florir da sua carne a madrugada,
E nos seus olhos, palida, amanhece!

AMERICO DURÃO

FIALHO DE ALMEIDA

RECORDAÇÕES

Pelo Doutor SILVA TELLES

PARA a interpretação da obra literária de Fialho de Almeida é indispensável um exame de todas as circunstancias que directa ou indirectamente influíram no seu alto espirito. Só assim a critica poderá ser perfeita. A sua personalidade, muito complexa e plena de contrastes, destacou-se na sua geração em relevo dominante. Dos homens do seu tempo nenhum teve envergadura superior. Temperamento variavel nas mil manifestações emotivas, ora sombrio, ora excessivamente affectuoso, facilmente impressionavel umas vezes e outras rebelde a qualquer sugestão, impulsivo ou regrado nos seus movimentos, exagerado nas suas apreciações ou calmo na sua conduta, todos estes aspectos intellectuaes e moraes denunciavam choques de tendencias contrárias.

A sua infancia não foi alegre. Logo no começo da vida assaltaram-no amarguras profundas. A morte do pae e de uma irmã querida e a doença incuravel do irmão tornaram-no sombrio, vincando-lhe na alma uma dôr constante, que surgia frequentes vezes nos seus momentos de desalento. A perda da sua mãe, que idolatrava, deixou-o só no mundo. Fundamente amavel, nutrindo pela familia um verdadeiro culto, o seu isolamento contribuiu fortemente para os repetidos contrastes entre a impetuosidade nativa do seu espirito, de uma altivez irredutivel, e as quedas da vontade de que soffria amiudadas vezes.

Em Lisboa, nos primeiros tempos, simples praticante de farmacia, o seu viver foi modestissimo. Ouvi-lhe narrar, com uma ironia amarga, vários episódios dessa fase dolorosa da sua sujeição. Mas foi esta que o encaminhou na escolha da profissão médica, para se libertar da situação subalterna e pobre em que se encontrava.

Passou então de um ambiente acanhado, que o deprimia, para uma atmosfera acariciadora. O seu temperamento exuberante, a notavel vivacidade do seu espirito e a graça das suas palavras fizeram com que os seus companheiros se tornassem os seus melhores amigos.

Por um simples acaso, á sua geração académica pertenciam alguns rapazes desse tempo *que estudavam por fóra*, como se dizia entre os estudantes. Os camaradas mais intimos de Fialho de Almeida dedica-

vam-se a estudos médicos, mas não se desinteressavam de outros assuntos,—filosofia, literatura, arte. Só abriam uma excepção á politica, pela qual tinham uma acentuada aversão. Homem de letras que surgisse era irreverentemente apreciado; peça de teatro que fôsse estreada, a critica apparecia impiedosa e justa. Êle proprio, Fialho, foi rudemente atacado pela sua fraca cultura classica e pela impertinencia dos seus francesismos desnecessários.

Lia-se muito e discutia-se ainda mais, em pequenos cenaculos de casas de hospedes, sem que nunca essa grulhada quotidiana empanasse nem por momentos a intimidade que os ligava. Foi esse meio académico, de liberdade franca e critica liberrima, uma das circumstancias que mais actuaram na maneira literaria de Fialho de Almeida.

A sua educação scientifica, feita no convivio dos seus amigos, deu-lhe mais tarde uma solidez notavel nos seus ensaios de critica e nos seus quadros descriptivos. Possuia um fundo de resistencia, uma base segura, que faltava a muitos literatos de profissão. Quando se defrontava com um assunto, quando examinava uma obra de arte, sentia-se que por detraz do literato estava alguem que sabia manejar com uma tecnica perfeita os processos de uma análise rigorosa.

Fialho de Almeida era fisicamente fraco e deselegante. Sempre lento nos movimentos, não cuidára de fortalecer os musculos pela marcha e pela gymnastica. Mas tinha em alto grau o culto da força. Quando alvejado na sua inferioridade organica,—e havia entre os seus melhores amigos quem propositadamente o fazia para o obrigar a vir á estacada,—a sua réplica era um fusilar de graça, e ncobrimdo o despeito pelo ataque sofrido.

A sua *gaucherie* invencivel e a certeza de que seria examinado por olhares argutos forçaram-no a afastar-se prudentemente das salas onde encontraria um meio diverso do dos seus camaradas. Era instintivamente um tímido. E não se suponha que esta circumstancia tivesse sido insignificante em toda a sua vida. Houve sempre no seu espirito uma luta entre o temôr de se expôr á observação de um meio a que não estava habituado e o desejo ardente de se sobrelevar a esse meio de que cautelosamente se arredára. Muitas das suas paginas mais acerbas, muitas das suas arremetidas mais violentas, derivam dessa revolta constante. A maneira aggressiva com que tratou alguns homens, que o teriam certamente estimado se dêles se tivesse aproximado, e a sua fase de panfle-tario politico colaborando durante algum tempo na obra destrutiva em que vários andavam interessados fôram manifestações desse retraimento a que a sua timidez o compelia.

Com o mesmo cuidado com que Fialho de Almeida ocultava essa fraqueza natural, defendia-se tambem, no tempo em que mais de perto o

conheci, da escassez da sua cultura historica e classica. Os seus frequentes neologismos e a forma atrevida como investia contra a lingua nacional, deixando-se lisongear por uma juventude que não compreendia o segredo desse atrevimento, eram para êle um processo de zurzir os consagrados das letras, entre os quais não fôra convidado a tomar logar. Só muito tarde, quando entregue no seu retiro de Cuba á leitura dos nossos melhores mestres da lingua, lhe foi facil manejar a pena com uma plasticidade e um vigor verdadeiramente excepçionaes.

É necessario dizer que o seu afastamento não traduzia um culto exagerado da sua pessoa. O egotismo nunca foi um dos seus defeitos. Era, pelo contrario, encantador no seu trato intimo; sabia graduar as suas amizades com uma grande pericia e cortezia. Media-se bem. Mas a auto-inibição da vontade perseguia-o. Quem o observasse friamente, quem dissecasse uma a uma as manifestações do seu espirito e procurasse o condicionamento dos seus actos e das suas palavras, colhia em flagrante reflexos de tibieza da vontade e não se deixava iludir pela maneira teatral e por vezes ironica com que procurava não deixar transparecer a sua fraqueza. Faltou-lhe por isso a persistencia para uma obra de grande fôlogo. Planeou-a muitas vezes, mas não a realizou. O seu querer mostrava-se em lampejos, entre periodos de depressão.

Falta-me tempo para, relendo tudo quanto Fialho de Almeida escreveu, sublinhar as paginas onde denunciou os seus sofrimentos, as suas inquietações. Nelas encontraria vestigios numerosos desses contrastes que o torturavam. Falta-me tambem a calma necessaria para essa análise agri-dôce, porque não é sem uma profunda saudade que me recordo desse querido camarada da juventude, cuja morte foi e é ainda para mim um misterio.



A PARABOLA

DA AREIA E DA LAGRIMA

DANTES, lá longe, nos confins arábios
Que se estendem do Líbano á Caldéa,
Vivia um velho, sábio entre os mais sábios
Dos essênios da Siria e da Judéa.

ORA, um dia, uma lenta caravana
Surgiu dos horizontes, pela calma,
Trazendo em cangirões de porcelana
Essências de Bagdad e óleos de palma.

DE regresso á distante Asia Menor
Por aquêles desertos solitários,
Era um arménio, um joven mercador,
Quem dirigia os lentos dromedários.

O Sol morria. Ás bandas orientais
Despontava, sangüinea, a lua cheia.
Havia ali um poço. E os animais,
Ruminando, ojeelharam-se na areia.

PASSOU-SE a Noite. E quando, á boca de alva,
O mercador se ergueu junto á cisterna,
Viu o sábio apumando a fronte calva,
De pé, no limiar duma caverna.

—**M**ESTRE, lhe disse, eu venho de Bukara,
Da colheita do bálsamo e do incenso.
E em toda a parte, com ternura rara,
Ouvi falar do teu saber imenso.

—**M**ESTRE, tu és por certo aquêlê monge
De quem tanta virtude eu venho ouvindo.
Disse-lhe o sábio:—Irmão, vens de bem longe...
Quem quer que sejas, homem, sê benvindo.

—**M**ESTRE, tornou-lhe o mercador de essência,
Os camêlos esperam a partida.
Aponta-me o caminho da Existência;
Ensina-me a parábola da Vida.

E, alongando o seu braço descoberto,
O monge erguendo a voz profunda e sábia,
Disse, fitando a areia do deserto,
Sob o céu ardentíssimo da Arábia:

—**T**RAZ-ME um punhado dessa areia de oiro.
E o homem foi. E em renques paralelos,
Imóveis e fitando o bebedeiro,
Eram de bronze os plácidos camêlos.

E o homem mergulhou as mãos na areia...
Mas — qual se fôra praga de bruxêdos —
Mal empunhou uma febril mão-cheia
Fugiu-lhe a fina areia entre os seus dêdos.

E novamente as suas mãos nodosas
Mergulhavam na areia e se crispavam.
Entanto, como sombras silenciosas,
Os camêlos imóveis esperavam.

O! a tragédia íntima do homem
Ante essa areia líquida e escaldante,
Vendo que os seus esforços o consomem
E todo o esforço é vão e vacilante !

POR fim, como num lívido quebranto,
Ficou prostrado e atónito, a olhar;
E uma lágrima límpida, de pranto,
Rolou-lhe e sobre a areia foi tombar.

Essa lágrima ardente, enorme e túmida,
Vertida do seu próprio coração,
Bastou para tornar a areia húmida.
E afeiçãoá-la ao côncavo da mão.

ENTÃO, como de súbito desperto,
O monge ergueu-se inda robusto e ágil :
— A Vida é, como a areia do deserto,
Pó transitório, inconsistente e frágil.

MAS basta uma só lágrima de dôr
E o mesmo pó, inútil e disperso,
Cristaliza-se em séculos de Amôr,
É a alma de Deus no Universo.

E agora, parte, ó mercador de essência !
O sol vai alto e a Arábia é desmedida !
Apontei-te o caminho da Existência !
— Tu mesmo és a Parábola da Vida!

ABRANTES, 1925

RAMIRO GUEDES DE CAMPOS

Queimada no Alentejo

ERA pelo mês de setembro, na estepe alentejana, ao cair duma tarde serena.

Ao largo, indefinidamente, tristemente, perde-se a árida monotonia da charneca.

De longe, chega-nos velada uma toada lugente, vagarosa... ao som do harmonium vozes cantam palavras de amor... e pr'aquela banda o sol grandioso começou a morrer, mergulhando num mar de sangue.

A naturêsa tem um ar-sofredor. Escutem! pareceu-me ter ouvido muito devagarinho lamentarem-se as urzes.

Elas também sofrem neste mundo de Dôr. Eu sinto minha aquela tristeza; a alma da charneca, alma nostálgica de pobresinha doente, transmigra poderosamente na nossa alma, e tem-se a mesma angústia, o mesmo espanto das urzes imobilizadas perante o agonisar grandioso do Sol, Rei-Tirano que durante o dia lentamente as foi torturando.

E aumenta em nossa alma essa angústia inexprimível, como um dobrar a finados... e entra-se em casa para desprender bruscamente os laços invisíveis que nos prendem a esta terra que sofre.

Ainda bem! aqui está-se melhor: Há rosas brancas, emurhecendo, ungidas de graça, as parêdes são brancas, e branca como a lembrança serena das felicidades passadas, é a cabeça branca desta velha que ora pousou a roca e o fuso, tomou do rosário e começou com um ingénuo fervor a sua oração da tarde: Ave, Maria, cheia de graça... ha no ar um perfume esparso, nem eu sei se do emurhecer das rosas, se da candura, da fé antiga com que os lábios da velhinha, como uma flôr desbotada, vão rezando: Ave, Maria, cheia de graça...

Encontro-me à janela, outra vez diante da paisagem torturada... e torturante.

O sol continua a morrer; chega-nos ainda, mais atenuada pela distância, as vozes dos que cantam além, e na charneca alguma coisa se passou pois um longo, um profundo estremecimento perpassou pelas urzes e estêvas, a materialização perfeita da alma-mater, dessa terra dura, selvagem como a alma dum revoltado. O que foi?

Dois homens afastam-se e durante muito tempo, as suas figuras recortam-se nitidamente no fundo vermelho do horizonte.

E agora a charneca toma um aspecto estranho: Serpentes de fogo, por entre o mato, ora erguendo-se em impetos de audácia, ora rastejando, coleando numa humildade insidiosa, acariciando hipócritas essa vegetação

que devoram... e a agonia excruciante das urzes, das estêvas, que vibram, que se estorcem num esforço impotente, buscando fugir a êsses abraços de fogo, que se contorcem numa revolta muda, num desespero imenso. E as serpentes avançam, já são maiores, reúnem-se, e fantasmagoricamente dessas mil serpentes reünidas, um dragão surge, indomável e vermelho, a consumir a destruição da charneca. Tudo agora é vermelho como o sonho de algum ruinoso louco. Ha clamorosos rugidos de furiosas cóleras, ha gemidos de lacerantes agonias, ha triunfantes gargalhadas de escarneo, ha o tripudiar delirante da chama vencedora sobre a charneca crucificada.

Longe, é maior, é imenso, o mar de sangue em que se afoga o Sol. Chega-nos ainda, como em psalmo de Dôr por toda aquela agonia, os cantares dolentes que parecem sair da terra. E junto de mim, a velha murmura: agora e na hora da nossa morte... Por muito tempo a chama se ergueu queimando impiedosamente as pobres que lançavam um ultimo protesto... e já o Sol acabou de morrer... uma grande, uma profunda pacificação sucedeu à estranha luta! tudo agora é calmo; só no céu avultam ainda nódoas vermelhas, e na terra ha tambem rastos de fogo... A velha continúa a rezar: vida de doçura esperança nossa...

E olhando a charneca, pensando que dessa Dôr, a vida surgirá melhor mais perfeita, eu rezo tambem: esperança nossa...

Campolide, Março de 1924

SYLVINA PACHECO DO CARMO



Soneto de El Rei D. Sancho

SANCHO primeiro, velho cantador,
— alma de heroi com voz de criancinha! —
anda contar-me a lenda dêsse Amor,
e dos beijos, que deste à Ribeirinha!

TAMBEM fiz versos como um trovador
fraco e cansado que já mal caminha;
falta-me só falar do meu Amôr,
— falta-me alguém que junte a boca à minha!

AI eu coitada . . . ai eu . . . — Vive comigo
a voz distante dum cantar de amigo,
que El-Rei escreveu e a Ribeirinha reza!

VELHO Dom Sancho, ó Rei e trovador,
que ensinaste a fazer versos de Amor,
— e a ter saúde, a Gente Portuguêsa

EPI S O D I O S

DA QUESTÃO DA SEBENTA

Pelo Doutor JOSÉ MARIA RODRIGUES

I

ENTRE as muitas publicações a que deu origem a celebração do primeiro centenário da morte do marquês de Pombal (maio de 1882), sobressai, por vários títulos, o *Perfil* do famoso estadista, traçado por Camilo.

Ora a apreciação desfavorável e não raro sangrenta que ele faz do enérgico, mas por vezes cruel, ministro de D. José, causou, como era de supôr, extraordinária e penosíssima impressão entre os numerosos admiradores que se preparavam para o festejar.

E não foi menor o alvoroço com que acolheram a obra os que não simpatizavam com a memória do marquês ou lhe eram declaradamente hostis.

Não é, porisso, de admirar que a lenda se apoderasse logo das origens do *Perfil*. Camilo, começou a correr, foi pago pelos jesuitas ou pelos seus afeiçoados, que queriam ver enxovalhada por um nome famoso nas letras a memória de quem tanto os hostilizou e ser assim desagradáveis aos liberais. E o boato, que aliás nenhum fundamento justificava, alastrou-se com tanta insistência, tomou tal vulto, que chegou a ascender a uma cátedra da Universidade de Coimbra.

Com efeito, o professor Avelino Calisto, que em 1883 regia interinamente, no 5.º ano da Faculdade do Direito, a cadeira de *Direito eclesiástico português*, apreciando o *Perfil*, referiu-se nestes termos ao seu autor: «Desgraçada inteligência! Ela é posta em almoeada e ao serviço de qualquer causa, em troca de miseráveis e mesquinhos interesses. Inteligência mercenária, que convenientemente dirigida seria a glória de um país e (é) deste modo a desonra de uma literatura e do país a que pertence».

E' o que consta da lição litografada, da *sebenta*; mas também não faltou quem dissesse que o *sebenteiro* ainda atenuara por sua conta

as expressões que o professor havia empregado. Deve ser outra lenda, pois, dado o lugar em que aquelas palavras foram proferidas, não era fácil ultrapassar-lhes a gravidade.

Seja como for, a *sebenta* foi enviada a Camilo por mão anónima, que a lenda também quis descobrir, sem poder, contudo, passar além de conjecturas sem base sólida.

Camilo, como não podia deixar de ser, desafiou-se nas *Notas á sebenta*.

Ora nestas, entre as considerações destinadas a provar que ninguém lhe pagaria para escrever o *Perfil*, pois este a ninguém poderia agradar—«nem aos absolutistas, nem aos republicanos, nem aos temperados»—entre essas considerações, digo, lia-se o seguinte:

«Assentei (naquela obra) que a religião da dogmática infalibilidade do papa que decretou a extinção da Companhia de Jesus não merecia que a gente se esfalsasse e indispusesse por conta dela nem tinha um sério direito a queixar-se do marquês de Pombal, cujas pretensões não chegaram até a infalibilidade, porque o ministro, caluniando, matando e expulsando o jesuíta a ponta-pés, era menos repreensível que Clemente XIV, abolindo a Companhia depois de consultar o Espírito Santo, como se inferia da bula *Dominus ac Redemptor noster*. Por causa disto um ilustre catedrático de Teologia escreveu na *Civilização católica* que eu não percebia o que era *Infalibilidade do papa*. Efectivamente não percebo: parece-me cousa mais facil endireitar a sombra de uma vara torta. Não sou dos crentes na Infalibilidade dos homens, por isso mesmo que a não intedem».

A obrigação de sustentar o que tinha escrito na revista portuense e de que continuava a estar convencido, e a necessidade de não deixar subsistir o equívoco (propositado ou não) de Camilo, tendente a indenticar-me, a mim, simples estudante do 2.º ano de Teologia, com o ilustre catedrático aposentado, Dr. Rodrigues de Azevedo, que vivia em Coimbra—eis o que me fez entrar na «questão da sebenta».

II

Dos episódios que se deram durante a contenda referirei apenas dois—o da contestação a um dos meus opúsculos, feita pelas provas ainda não revistas, e a tentativa para me obrigar ao silêncio, recorrendo á minha vida particular.

a) No manuscrito das *Evasivas*, para mostrar, que pelo facto de

alguns escritores chamarem bula a um breve, nem porisso este diploma mudava de natureza, apresentava eu este argumento analógico: «Se alguns jurisconsultos e historiadores, por exemplo, se lembrassem de chamar lei a um decreto, este deixaria de o ser e passaria a ser lei?» Depois, na revisão das provas, eliminei estas palavras, não porque o argumento fosse destituído de força, mas para evitar se me respondesse que, assim como ha decretos com força de lei, também se podiam admitir breves com força de bulas.

Qual não foi o meu espanto quando na *Segunda carga* vi reproduzido aquele argumento com uma refutação, que ultrapassava tudo quanto eu podia imaginar?

Eis o que diz Camilo: «Esta inépcia é contraproducente. Ha *decretos com força de lei*... *Decreto e lei* são sinónimos: qualquer dicionário lho ensina. O argumento parece que fui eu quem lho apresentou, para demonstrar que *bula e breves* são denominação do mesmo documento na legislação canónica».

Escrevi logo ao editor, o Chardron do Porto, a exprobrar-lhe a incorrecção que tinha praticado, mandando ao Camilo as provas que eu nem sequer ainda tinha corrigido, e dando-lhe assim ocasião para ir preparando a resposta, antes de ser publicado o meu folheto.

A esta carta, que não obteve resposta, se refere Camilo, escrevendo ao Chardron: «Meu prezado amigo. Conformo-me com a sua proposta quanto ao preço da *Carga terceira*. E acabemos com a sonolenta questão. Deve ter recebido a carta aterradora do Rodrigues, de quem principio a ter pena». (Cardoso Marta, *Cartas de Camilo*, 1, 79).

Na minha resposta á *Segunda Carga*, publicada em Coimbra, estranhei o facto de se refutar um argumento que não vinha nas *Evasivas*, ao que Camilo replicou: Escreveu umas asneiras agigantadas no seu penúltimo folheto (*era a diferença entre lei e decreto*). Eu casualmente as vi impressas no balcão do editor; tomei nota delas, porque eram monstruosas. Depois expungiu-as nas provas; mas conservo-as impressas, como curiosidade que se perderia atirada á canastra da tipografia. E ele com um descaro exemplar escreve: «O sr. C. C. B. refuta o que não está escrito no meu folheto! O que significa isto, sr. C.? Significa que o Sr. Rodrigues, se tivesse mais juízo, calava-se. A uma tão arrogante pergunta e infamadora da minha dignidade de contendor, eu devo responder-lhe que tenho aqui impressas e subscritas por V. as desmedidas asneiras que engeitou vinte e quatro horas depois que as deu à luz. Escuso dizer-lhe que não tive coragem nem vagar de o ler, porque ainda agora depois da petulante interrogação, abri as paginas do seu opúsculo. Se o tivesse lido, com certeza não praticaria a extraordinária irregularidade de refutar um disparate que V. retirara da circulação. Não tem porque arguir

o cavalheirismo do Sr. Chardron. Eu faculto ao meu prezado editor a liberdade de mostrar os meus manuscritos a quem os quiser analisar antes de entrarem no prelo.»

Sobre este assunto foi-me mostrada não ha muito, com o direito de usar dela, uma carta do Sr. Moreira da Costa, livreiro portuense, da qual transcrevo os seguintes passos: «Eu, na ocasião, contando a idade de treze anos, era empregado do falecido editor Chardron... Chardron... era incapaz de trair a confiança que os escritores nele depositavam. O que se deu em verdade foi o seguinte: esses folhetos e outras obras eram impressas na tipografia Alexande da Fonseca Vasconcelos, desta cidade. Eu, rapaz, era quasi sempre o encarregado de ir ás tipografias levar originaes e trazer provas; succede que em uma ocasião que trazia as provas do folheto do Dr. J. M. Rodrigues, encontrava-se Camilo no estabelecimento do Chardron. Eu entreguei as provas ao Chardron, mas Camilo, arguto e fino, quis saber de que se tratava e depois de porfiados esforços conseguiu ver de que se tratava. Sentar-se rapidamente a uma escrevaninha, pegar num caderno de papel almaço, dali por uma hora, se tanto, era eu novamente encarregado de ir á tipografia levar o original da resposta de Camilo. Esta é que é a expressão da verdade dos factos, que me apresso a transmitir-lhe para reabilitação da memória do grande editor que foi Ernesto Chardron.»

Em presença desta carta, o que presumo se passou foi o seguinte: Camilo, facultadas que lhe foram as provas — e foram-no manifestamente pelo dono do estabelecimento, que parece depois desabafou o seu mau humor nas orelhas do caixeiro, por trazer as provas á vista —, Camilo, que provavelmente as obteve com o pretexto de que só as queria ler, tomou nota daquilo a que havia de responder e escreveu logo algum original, que supponho ter sido o das pag. 11, 12 e parte da 13 da *Segunda Carga*. O que necessitava consulta de livros seria enviado depois.

Mas o que tambem é certo é que escreveu (e o Chardron editou) que tinha em seu poder as provas das *Evasivas* e que só abriu as folhas destas, quando leu as perguntas que lhe fiz no meu terceiro folheto, isto é, que redigiu *Segunda Carga* pelas provas, que eu ainda não tinha revisto. E quem percorrer esse folheto, immediatamente se convencerá de que ele não podia ter sido todo escrito nas circunstâncias indicadas na carta do Sr. Moreira da Costa.

b) Depois de publicado o meu terceiro opúsculo, chegou-me aos ouvidos que a resposta de Camilo sairia com o sub-titulo: *leitura para homens*. Não sei mesmo se isto foi noticiado em algum jornal. O que é certo é que mo disseram.

Encolhi os ombros e não liguei importância ao boato, que supú

ser invenção de qualquer amigo de Camilo ou ter sido lançado ao acaso, a ver se eu me atemorizava e punha ponto na polémica.

Saiu a *Carga terceira* sem o sub-título e nunca mais me lembrei do incidente.

Ora ha uns dois para tres anos o Dr. Agostinho Fortes, meu prezado colega na Faculdade de Letras, contou-me que Camilo escrevera a uma pessoa que então vivia em Braga, a pedir-lhe averiguasse da minha vida particular naquella cidade. E acrescentou que soube isto directamente da pessoa a quem Camilo se dirigiu.

Relacionei este desejo de saber da minha vida com factos anormais, que pouco depois da minha ida para Coimbra, em 1878, se deram em Braga, num colégio em que eu tinha sido professor factos em que se achava envolvido um nome um pouco parecido com o meu.

E compreendo também então o sentido destas palavras de «*Segunda Carga*» (pag. 33): «Ele é tipo muito de molde para explorações realísticas».

Talvez o collocasse na falsa pista a mesma pessoa que com igual verdade lhe disse que eu era de Monção.

De Coimbra tambem lhe deram logo noticia da carta que eu tinha escrito ou ia escrever ao Chardron.

E' o que se infere da carta acima transcrita. E dela se colige também que o editor foi logo prevenido.

III

O famoso polemista queira ser o último a falar, pois sabia muito bem que, para a grande memoria do publico, era esse o critério definitivo da vitória.

Mas como lhe devia também ter constado que eu não estava resolvido a abandonar o campo (1) e que procuraria tirar todo o partido do que se passára com as provas, Camilo abriu a *Carga terceira* por estas palavras: «Quando o snr. José Maria Rodrigues, mordido na sua consciência de escritor católico, intender que os seus e meus leitores, mais ou menos pios, estão suficientemente cloroformizados com os nossos fo-

(1) «Tal é o teólogo que eu tenho de aturar por longo tempo»—assim terminava a *Segunda Carga*.

lhetos, ajude-me a praticar a obra cristã e honesta de os livrarmos das nossas amendoadas. Bem vê. V. e o snr. doutor Calisto e eu já não fazemos com 6 tostões e 30 reis, salvo erro, o desfalque em que temos capitado— ia dizer *decapitado*—os nossos compatriotas».

E senti-me efectivamente mordido na minha consciência de escritor católico com uma página da *Carga terceira*, cheia de blasfêmias e de sarcasmos contra a religião.

Bem sabia Camilo que isto me constituia na obrigação de me remeter ao silêncio, para lhe não dar ensejo a que prosseguisse, como decerto prosseguiria, no caminho encetado.

E assim acabou a «questão da sebenta».



Esmorzo do Pinheiral

MENDIGOS de sacola parados nas encostas,
numa atitude estática onde o pavor se anegra,
— ¡ pinheiros do balançal !
sois a concentração agónica da treva,
sois a estatuízação inverosímil do medo ! . . .

NAS noites de vendaval,
uma tortura cósmica marulha,
como um segredo mau,
dentro de vós . . .

PINHEIROS do balançal !
sois
a espectração de quem receia o mal . . .

DEVIA ser assim a alma vacilante
do homem primitivo em frente ao universo :

— ¡ um doloroso terror que não cabe no verso ! . . .

Vossa corcunda negra,
ó velho pinheiral crispado de agonia!
lembra-me a cabeleira dum louco contra-regra
da doida companhia
dos saltimbancos do medo...

O pavor dos abismos põe-nos grillhetas rijas,
mordendo o areal traïdor e fugidio;
e cada raiz nova é uma ância de naufrago,
prendendo numa areia a crispação imensa
da esprança que renasce a cada ilusão morta!...

PINHEIROS do balancal!
quando a tardinha sai da bôca das quebradas
e vos ólho de longe as copas verde-negras,
batem à minha porta,
batem na minha alma,
estátuas de remorso e de tortura:

— lembranças milenárias duma agrura
que eu já senti em épocas remotas!...

e ç quantas vezes?
ç quantas?
em vésperas de tempestade,
andam gaivotas a gritar:
! mágua! ! mágua!
a soluçar a dôr que vos invade!...

¿ Quantas vezes?
¿ quantas?

E depois,
são arrepelos,
são cripações,
são pesadelos,
e a dôr é tanta
no pinheiral,
que hà suïcidas
que se despenham,
que se desgarram
do areal...

.....

!TRISTES pinheiros do balanca!
¡perdoai!
A minha arte é pouca
pra dar em verso a vossa mágua louca,
e a minha voz é rouca
para cantar a bacanal
da vossa agonia imensa de forçados!...

!PINHEIROS do balanca!
¡perdoai à minha arte,
perdoai à minha voz,
¡perdoai!

A Atitude Moral

«Ninguém pode mergulhar duas vezes nas águas do mesmo rio, porque as águas dos rios correm, interminavelmente, para o mar...». Era assim que Heraclito se exprimia ao falar da realidade. Com efeito, o Mundo é um fluir incessante de acontecimentos e esta fluência, que se impõe intuitivamente ao espírito humano, é a lei mais geral que rege o nosso Universo. Mas o conhecimento desta fluência fenomênica constitui a Tragédia brutal que creou a Religião, a Filosofia e a Ciência.

Como águia inquieta, que pairasse sôbre um rio, prescrutando o destino das suas águas, o destino da sua interminável corrente — o espírito humano interroga a Realidade e, perante a Tragédia do *devenir*, que se lhe apresenta inexoravelmente, Fausto encerrado a dentro dos estreitos limites da sua faculdade cognitiva — o espírito humano, diziamos, perante o mundo, toma três atitudes: a atitude estética, a atitude científica e a atitude moral. São três graus da *atividade especulativa* do espírito humano tendentes a *explicar* o destino dessa fluência interminável dos acontecimentos. ¿Para onde se dirigem as águas do Rio da Realidade? ¿Haverá um fluir interminável e indefinido dos acontecimentos num tempo infindo? Não haverá um equilíbrio, um Nirwana atingido no tempo? Ou será o mundo uma realidade, uma fluência, sem *fin*?

O espírito humano conhece-se como realidade no grémio das *realidades conhecidas* e, independente delas, conhece-se como um dos elementos activos do Mundo. Cogitat, ergo est. ¿Qual *deve* ser a sua atitude em presença dos seres conhecidos? Como *deve* dirigir a sua actividade na corrente universal. Esta é a verdade máxima a que o espírito humano procura ascender — É a verdade moral. Qualquer explicação da realidade, toda a actividade especulativa do espírito humano, são manifestações dessa *tendência para o estabelecimento do acordo, entre a sua actividade volitiva e a dos seres conhecidos*. De modo que o esforço para o conhecimento, a actividade especulativa, a compreensão da realidade é um pensamento moral.

Não nos esqueçamos, neste momento, que para muitos a especulação científica é uma necessidade imposta ao homem para reagir contra o ambiente, a sua arma mais importante na lucta universal. Mas o fim supremo da actividade especulativa não é reagir contra o meio. Essa reacção impõe-se-nos inexoravelmente. Além do que poderia ser chamado a utilização imediata da previsão científica, como factor de defesa, o espírito humano, com os dados da sua actividade especulativa, vai ela-

borando uma síntese explicativa das leis mais gerais do Universo. ¿E qual é o fim da elaboração de tal síntese, esse conhecimento hiperscientífico que desvendaria as trevas do Mistério?

É procurar o canon da nossa actividade moral, porque *o bem* é o acordo entre a acção e o conhecimento da realidade.

O espirito humano caracteriza-se pela sua acção dinâmica sobre a realidade; com os dados sensíveis, vai organizando novas verdades, e essa actividade continua é o desejo de harmonia que se manifesta. Qualquer atitude do espirito humano, perante os acontecimentos, quer estética ou científica é sempre um aspecto do pensamento moral. Tomando uma atitude estética, estabelece entre os acontecimentos, que caem sob a sua actividade, *relações subjectivas*. A actividade estética, que ainda tem varios graus, é o primeiro esforço do espirito humano para o conhecimento do mundo, e a emoção estética é um bater de asas do pensamento em demanda da harmonia moral. Da actividade estética á actividade científica, há graus de compreensão cada vez mais complexos. Do sorriso das creanças, ingénuo e simples, contemplando as coisas distraidamente, ao pensamento dum Netwon, abismando-se no mistério insondavel do Infinito, vai um mundo de gradações.

Perante as águas brancas, despenhando-se de uma cascata, Oscar Wild diria: Não há mais *branco* do que as águas das cascatas e, quando o *sol rubro* das manhãs *doiradas* da Primavera beija essas aguas *brancas*, dando-lhe tonalidades opalescentes, nada há mais brilhante do que as gotas de agua que tombam das cascatas...

Interpretando esteticamente este exemplo, vemos que há uma absorção do espirito pelo acontecimento que modificou o seu estado primitivo, uma fascinação da côr.

A relação subjectiva, que é o caracter da actividade estética, é aqui ainda vaga, informe. A estética de Wild é o tipo representativo do alvorecer da actividade creadora do espirito. É o aspecto mais simples da sua tendencia para a criação da síntese compreensiva do mundo.

Em Victor Hugo, o *juízo estético* tem forma, vigoriza-se; a sua musa, em presença da realidade, elabora *sínteses* de ordem estética, organizando os acontecimentos e explicando a realidade. Por isso, em Victor Hugo, surge o problema moral a que Wild não se eleva, porque o pensamento moral, na sua manifestação estética, é incipiente em Wild. Isto de modo algum quer dizer que o artista a que nos referimos não tenha valor. Pelo contrario, Wild, de uma imaginação iminentemente colorista, legou-nos o tipo de uma estética pura, isto é, sem preocupações de qualquer ordem que não fossem estéticas. O pensamento estético-filosófico de F. Nietzsche não se elevou acima da concepção da lucta universal; dai o seu amoralismo. Porisso o seu Zaratustra é «violento e

despreocupado». Nietzsche considera a preocupação moral como uma decadência, porque não concebeu essa atitude do espírito humano como um desenvolvimento orgânico do próprio espírito. Há pessoas essencialmente artistas e outras caracterizadas por um espírito científico eminente. São dois aspectos do desejo de estabelecimento da síntese explicativa do mundo a que nos referimos.

Galileu, contemplando o balouçar de uma lampada na catedral de Pisa, recebe a sugestão que o leva a descobrir o isocronismo das oscilações pendulares; o nosso poeta Guerra Junqueiro elaboraria uma imagem artística, que é uma relação entre dados sensíveis, mas uma relação subjectiva e, como tal, ainda uma manifestação da actividade dinâmica do espírito.

Gabrielle d'Annunzio, notando o aumento de altura do som emitido pela água caindo numa jarra até enche-la, dá ao fenómeno uma interpretação estética. O físico não apreenderia o aspecto artístico do fenómeno; estuda-lo-ia sómente segundo as leis da acústica.

Quer elaboremos sobre um acontecimento um *juízo subjectivo*, um juízo estético, quer elaboremos um *juízo científico*, a acção creadora do espírito humano tem sempre como finalidade a elaboração da síntese explicativa do Mundo, que é a disciplina da *vida moral* do próprio espírito.

Em ultima análise, o Pensamento é Vontade de estabelecer o Bem, esse acordo a que nos referimos atrás.

Na sua atitude incipiente o espírito humano não tem atitude moral, é «violento e despreocupado», caminha na senda da verdade moral, mas não vê a luz que o guia.

A preocupação moral representa um grau superior no desenvolvimento do espírito. É a atitude, perante os fenómenos, dum Buda ou dum Jesus para quem o mundo é um tumultuar doloroso de tendências que se entrecrocão, e explicita-o é imprimir-lhe ordem, fazendo cessar a lucta universal.

Para aquele que procura atingir o Bem, o aspecto sensível das coisas tem o vigor fantástico das pedras dos sepulcros onde se encerra o Mistério da Morte. Porisso Buda por um esforço de introspecção procura nimbar-se de uma luz que descerre as trevas do Mistério, fazendo surgir a *verdade essencial*, a realidade transcendente.

O espírito do Homem de Bem passa pelo mundo como por um deserto povoado de magestáticas esfinges misteriosas... Interroga êsses monstros extáticos e sente, sobre si fitos, os seus olhos de pedra cavernosos. Perante o mutismo das esfinges, ergue, bem alto, a sua voz ansiosa que se perde, ecoando, na tragédia do Silêncio. É a dolorosa Experiencia Moral.

Porisso o espírito humano procura desvendar o mistério; porisso

essa tendência para a compreensão do Mundo. Os moralistas são fochos de mística luz que surgem, de onde em onde, iluminando a Noite, mas, colectivamente, o Homem, pela sua atitude scientifica, caminha para a realização da síntese explicativa do mundo que será o principio regulador da sua atividade volitiva.

1924

JOSÉ NEVES



PARA A HISTORIA DA

Archeologia Portuguesa

pelo Doutor J. LEITE DE VASCONCELLOS

Justificado seria o desejo de fazer coincidir a historia da Archeologia com a da nacionalidade, mas da idade-media não conheço quasi nada. A historia da Archeologia começa propriamente no seculo XVI, com André de Rêsende. No seculo XVIII recebe algum impulso da Academia da Historia, reflectido ainda no seculo seguinte. O maior brilho data da fundação da Comissão Geologica, em 1857, na qual, logo de principio, se deu grande importancia á Prehistoria, ainda que nem tudo o que vem depois se liga immediatamente com a Comissão.

Em vista do que fica dito, dividiréi a historia da nossa Archeologia assim :

I (Introdução) : da idade-media ao seculo XVI,

II : Do seculo XVI (Rêsende) á fundação da Academia da Historia (1720) ;

III : De 1720 a 1857 ;

IV : De 1857 em diante.

Historiar a Archeologia é dizer qual foi a evolução geral da sciencia, e especificar sociedades, aulas, museus, exposições, conferencias, congressos, literatura, biografias de arqueologos e de colleccionadores. A especificação de que falo não poderá ser feita metodicamente senão no periodo IV.

I (Introdução) : da idade-media ao seculo XVI

Como ha objectos archeologicos que atraem a vista, — e sempre o homem gostou de possuir cousas curiosas ou raras, é natural que já na idade-media os nossos antepassados uma vez ou outra coligissem ou guardessem antigualhas, principalmente artisticas ; e de facto encontramos em testamentos d'esse tempo menção de vasos de prata, aneis de ouro, e outras joias, que passavam de mão em mão, por herança, etambem noticia de tesouros de Igrejas.

De deixas de um bispo portuense do seculo XII nos dá exemplos João Pedro Ribeiro nas *Dissert. chron.*, V, 2.^a ed., p. 73. É particularmente notavel a riqueza de uma mitra de outro bispo do Porto, do seculo XIII, a qual vem descrita com toda a minudencia no testamento publicado na mesma obra, *ibidem*, p. 81-82 : *unam mitram totam coupertam margaritis, .. et habentem in parte inferiori in giro laminas deauratas etc.* Ao mesmo tempo se fala de um anel e de um rico baculo. — Cfr. *Da Numismatica em Portugal*, p. 8-10.

A riqueza da cathedral do Porto, no seculo XIV, se refere Sousa Viterbo, *Artes e Artistas*, 2.^a ed., Lisboa 1920, p. 123, n. 1. O mesmo autor cita o que diz D. Rodrigo da Cunha, *Catalogo dos bispos do Porto*, pt. II, p. 185 (Porto 1742), de D. João I ter levado da sé d'aquella cidade muitas peças de prata, cujo valor só foi

restituído por D. Manuel, a instâncias do Bispo D. Diogo de Sousa. No tesouro da igreja de Santa Maria de Guimarães (Oliveira), segundo um inventário feito em 1285, revisto em 1302, havia cruzes, calices, livros de letra antiga, lampadas de prata, turbulos dourados, castiçais de Alimoges, uma soppella, etc.: vid. Ab.^o Oliveira Guimarães, *Pergaminhos da Colegiada de Guimarães*, n.^o 61 (publicados no *Archeologo*, vol. IX sgg.). Na mesma igreja ou colegiada ha actualmente ainda objectos que ascendem á idade-media. A cathedral de Coimbra possuiu um rico tesouro, com o qual, e com as alfaías providas de varios conventos do bispado, formou o Bispo-Conde D. Manuel de Bastos Pina um precioso museu, que algum tempo se chamou *Museu do Bispo*, e hoje constitue, com o nome de *Museu de Arte Sacra*, uma secção do *Museu de Machado de Castro*: vid. A. A. Gonçalves & Eugenio de Castro, *Noticia historica dos objectos de ourivezaria contidos no tesouro da Sé de Coimbra*, Coimbra 1911. Aos tesouros da Sé e mitra patriarcal de Lisboa e da Sé de Vizeu alude Philippe Simões, *Escritos diversos*, Coimbra 1888, p. 143-144. De tesouros actuais da Misericordia e Sé do Porto, e Sé de Bragança, fala Sousa Viterbo, *ob. cit.*, p. 125 e 130. Do tesouro da Sé de Braga diz o Dr. João de Barros em 1548 na *Geographia d'entre Douro e Minho*, manuscrito da Biblioteca do Porto, publicado em 1919, p. 59: «tem esta see muita prata lavrada e muitos ornamentos»; e em 1750 Oliveira Freire, *Descripçam corographica de Portugal*, p. 35: «o thesouro d'esta cathedral he das cousas mayores, que ha em toda a Hespanha (isto é, em toda a Peninsula): consta de vasos de prata, e ouro, de grande primor, e de extraordinario custo». No *Catalogo* da exposição de arte ornamental, Lisboa 1882, inventariam-se muitos objectos medievais de valor artistico e archeologico, conservados ao tempo em várias igrejas, como tradição do passado.

Afirma Vilhena Barbosa (1) que D. Afonso, Marquês de Valença, filho de D. Afonso I, Duque de Bragança (seculo XV), numa viagem por Italia e Alemanha, comprou muitas antigualhas, e com elas formou depois um museu, que aumenteu com lapides, cipos e outros objectos romanos do Alentejo. Ignoro onde o autor bebeu esta noticia, porque, segundo o seu pessimo costume, não indica as fontes.

No guarda-roupa de el-rei D. Manoel, de que se fez inventario datado de 1522-1525, onde havia algumas moedas antigas, havia juntamente riquezas d'arte de várias especies, aneis, fivelas, livros bem encadernados, e com isso uma medalha de cobre dourado. Vidé no *Archivo hist. portug.*, II, 38 seg. o inventario, feito em 1522; e cfr. *Da Numismatica em Portugal*, p. 52-54.

Se na Archeologia se tivesse de incluir a Numismatica, mais alguma cousa haveria que dizer d'este periodo; porém a Numismatica estudei-a, como disse, em obra separada.

(1) Na introdução ás *Noções de Archeologia* de Possidonio da Silva, Lisboa 1878.

Considerações críticas sôbre a impropriedade das nomenclaturas e classificações gramaticais.

1

Sob esta epígrafe publiquei no n.º 18 da Revista da Filologia Portuguesa de S. Paulo (Brasil) um estudo sôbre a impropriedade das nomenclaturas e classificações geralmente usadas na morfologia gramatical; no presente artigo vou tratar do mesmo assunto, mas relativamente à sintaxe.

O critério que preside à nomenclatura e às classificações sintáxicamente usadas é, como sucede na morfologia e na fonologia, tão pouco racional, que bastas vezes origina contra-sensos, interpretações falsas e absurdas, e até concepções disparatadas. As aparências mórficas e morfológicas dominam nele com tão incrível desrespeito à lógica, único fundamento em que se firma a sintaxe, que as arbitrariedades e as contradições se encontram a cada passo.

A sintaxe não tem por objecto «O estudo das negras segundo as quais as palavras se combinam, para formarem phrases ou proposições, e as proposições mutuamente se enlaçam dando um sentido perfeito», como diz um gramático; nem é «A parte da gramática que ensina a juntar e a compor as palavras na oração, e as «orações no discurso», como diz outro gramático.

A *sintaxe* nada tem que ver com as *palavras*, rigorosamente falando: isso pertence ao *estilo*. Não devemos confundir a *sintaxe*, que se ocupa das *idéias*, com o *estilo*, que se ocupa da *forma de exprimir aquelas idéias*.

A *sintaxe* «junta as idéias», e o *estilo* «junta as palavras».

Paralelamente temos que a *ortografia* «junta os fonemas», e a *caligrafia* «junta as letras».

Daqui podemos deduzir as seguintes proporções:

a sintaxe: as idéias:: o estilo: as palavras

ou alternando:

a sintaxe: o estilo:: as idéias: as palavras

e:

as letras: os fonemas:: as palavras: as idéias

e:

a caligrafia: a ortografia:: o estilo: a sintaxe

ou, alternando:

a caligrafia: o estilo:: a ortografia: a sintaxe.

Numa língua quatro elementos fundamentais há a considerar: *os fonemas, as formas, as significações, e as relações das idéias.*

O estudo dos *fonemas* pertence à fonologia; o das *formas* à morfologia; o das *significações* à sematologia; e, finalmente, o das *relações das idéias* à sintaxe.

Sendo assim, facilmente se compreende que a chamada *análise sintáctica*, também denominada *análise lógica*, deve basear-se toda na relação das idéias, e não na das formas, isto é, a *análise sintáctica ou lógica* não é nem mais, nem menos que a *análise das idéias*.

Muitos consideram a análise sintáctica uma inutilidade, com a qual não vale a pena perder tempo. Realmente assim é para quem só se contenta com conhecer praticamente uma língua; mas para quem deseja penetrar nos segredos da filosofia da linguagem, para quem enfim pretende conhecer scientificamente as bases em que se funda todo o mecanismo de uma língua, dentro do campo das idéias, o estudo consciencioso da análise sintáctica é imprescindível.



Tendo a sintaxe por objecto o estudo da relação de idéias, a análise sintáctica é uma análise de idéias, é uma análise lógica, como acima disse já.

Sendo assim, não se pode deixar de estudar as *idéias* quanto à sua natureza, e quanto à sua constituição.

Idéia é a imagem que formamos no nosso espírito dos fenómenos apreendidos pelos nossos sentidos.

Tal idéia pode ser a imagem de uma coisa só, independente, absoluta, ou então de duas ou mais coisas relacionadas umas com as outras, podendo elas ser concretas ou abstractas.

Uma idéia isolada é a que se chama uma *significação*, e o seu estudo designa-se *sematologia*; uma idéia relacionada é a que se chama uma *proposição*, e o seu estudo denomina-se *sintaxe*.

As idéias relacionadas podem ser *simples* ou *compostas*: são *simples* se a relação se estabelece entre duas coisas apenas; são *compostas* se ela se estabelece entre mais de duas coisas ao mesmo tempo.

Entre as coisas relacionadas o nosso espírito forma sempre uma hierarquia: para êle umas são mais importantes, e outras menos.

Segundo a ordem natural, a coisa mais importante ocupa o primeiro lugar na proposição.

Como o grau de importância de duas coisas relacionadas depende da natureza da relação existente entre elas, e muitas vezes de outras causas várias, sucede que, em certas circunstâncias, podemos atribuir maior importância à coisa que numa proposição tinha menor importância. Para isso, porém, torna-se necessário alterar a construção sintáctica.

Assim, por exemplo, na proposição «Pedro escreveu uma carta», estabelecemos uma relação, por meio do verbo «escreveu», entre «Pedro» e «uma carta», razão por que o colocamos em primeiro lugar.

Se quisermos atribuir maior importância a «uma carta» e dar-lhe na proposição o primeiro lugar, teremos de alterar a construção sintáctica assim: «uma carta foi escrita por Pedro».

Muitas vezes a diferença de construção sintáctica é feita com outro verbo, ou com formas sintéticas, como: «eu *tenho* um sentimento» e «um sentimento *existe* em mim»; e «Pedro *tem* o livro» e «o livro *é de* Pedro», ou, simplesmente «o livro *de* Pedro»; e «a bondade *existe* em Pedro», e «Pedro *tem* bondade», ou «Pedro é bom», ou simplesmente «Pedro bom».

As idéias compostas são sempre agregados de idéias simples.

A expressão verbal de uma idéia relacionada é uma proposição. As proposições são simples ou compostas, conforme exprimem idéias, simples ou compostas.

A expressão verbal de uma idéia simples, isto é, a formação de uma proposição simples faz-se de várias maneiras:

1.^a *enunciando-se a coisa mais importante, depois a relação, e por fim a coisa menos importante*: (1) «Pedro derramou lágrimas». — Aqui, note-se, as duas coisas relacionadas bem como a relação são enunciadas *explicitamente*;

2.^a *enunciando-se a coisa mais importante e em seguida e por fim a relação conjuntamente com a coisa menos importante*: «Pedro chorou». — Aqui só se enunciam *explicitamente* a coisa mais importante e a relação; a coisa menos importante encontra-se *implícita* no significado do verbo. — Dizer «Pedro chorou» equivale, quanto à idéia, a dizer «Pedro derramou lágrimas». — Daqui se conclui que, logicamente, é um erro supor-se que na proposição «Pedro chorou» não há, *complemento directo*. Morfológicamente certamente não há, mas logicamente há, e nem podia deixar de haver, visto que do contrário teríamos uma relação estabelecida entre «alguma coisa» e «nada», o que é absurdo;

3.^a *não se enunciando a coisa mais importante, e enunciando-se apenas a relação e a coisa menos importante*: «há homens». — Note-se que aqui se *omitiu* a enunciação da coisa mais importante: não sucede como no caso anterior, em que a coisa menos importante, se não é enunciada não é por *omissão*, mas por se achar já *implícita* no significado do verbo. — Para muitos gramáticos a proposição «há homens» não tem *sujeito*, facto que explicam dizendo que o verbo *haver* é ali *impessoal*! Este absurdo, parece incrível, é quase geralmente perfilhado. — Dizer que a proposição «há homens» não tem *sujeito* equivale a dizer que nela se estabelece uma relação entre «nada» e «alguma coisa», isto é, e «homem»! E' um absurdo análogo ao de os chamados verbos intransitivos não terem *complemento directo*, e a que me referi no n.^o anterior. — A teoria da *impersonalidade* de alguns verbos é uma fantasia que urge desfazer, e que é filha de um grave erro de interpretação do que sejam idéias, e de uma lamentável confusão entre a noção de *idéia* e a do *modo de exprimir as idéias*. — O sujeito da proposição «há homens» é *ele*, que se subentende, e que representa, por exemplo, «o mundo, a natureza, Deus, etc», tendo sempre o verbo *haver* significação de *ter*. — Sobre este assunto poderia discreitar mais largamente, mas, para evitar repetir coisas já ditas por outros, abstenho-me disso e convido o leitor a consultar, por exemplo, a Gram. Port. do Dr. Alfredo Gomes, 16.^a ed., págs. 361-362, onde o assunto está exposto com precisão e clareza;

4.^a *não se enunciando a coisa mais importante, e enunciando-se apenas a relação conjuntamente com a coisa menos importante*: «chove». — Aqui *omitiu-se* a enunciação da coisa mais importante; mas a coisa menos importante não se *omitiu*, encontrando-se enunciada *implicitamente* no verbo. — Dizer «chove» equivale a dizer, quanto à idéia, «O céu, por exemplo, chove» e a «O céu derrama água».

^a (1). Na linguagem gramatical vigente diz-se-lhe: *enunciando-se o sujeito, depois o verbo, e por fim o complemento directo*.

— Se fôssemos a aceitar como certa a teoria da impersonalidade de alguns verbos, e a da carência de complemento directo dos chamados verbos intransitivos, estaríamos em presença de uma proposição em que se estabelece uma relação entre «nada» e «nada»! — Tais absurdos, parece-me, não podem continuar a ser preconizados. Os verbos são palavras que servem para exprimir as relações existentes entre os seres que nos cercam (cf. o artigo citado do n.º 18, da Revista de Filologia Portuguesa). Por isso a condição, *sine qua non*, é que haja sempre duas coisas para serem relacionadas, embora na proposição não sejam enunciadas explicitamente. O contrário disto é fantasia imprópria de quem pensa e raciocina;

5.ª *enunciando-se a coisa mais importante e a seguir e por fim enunciando-se a coisa conjuntamente com a relação*: «homem bom». — Esta expressão não é considerada uma proposição, porque, dirão, lhe falta um verbo. Esta razão é insubsistente: se olharmos à idéa e não à forma, não poderemos negar que temos ali uma proposição completa, de construção especial. — Os adjectivos têm, dentro de certos limites, um valor paralelo ao dos verbos chamados intransitivos: enquanto os verbos chamados intransitivos comportam implicitamente a idéa da coisa menos importante, isto é, do complemento directo, os adjectivos comportam implicitamente a idéa da relação, isto é, do verbo. — Do verbo intransitivo, ideologicamente decomposto, se tira o complemento directo; do adjectivo, também ideologicamente decomposto, se tira o verbo. — A expressão «Pedro chorou» equivale, como ficou dito, a «Pedro derramou lágrimas»; e a expressão «homem bom» equivale a «homem tem bondade» (cf. o artigo citado do n.º 18 da Rev. de Filol. Portuguesa);

6.ª *enunciando-se apenas a coisa de menos importância e implicitamente a relação* «Pedro trabalha bem». — Esta expressão «bem» também não é considerada uma proposição, porque, como no caso anterior, dirão, lhe falta um verbo, razão que me parece insubsistente. Com efeito, se olharmos à idéa e não à forma, não poderemos também negar que temos ali uma proposição de construção especial, como no caso precedente. — Os advérbios têm um valor paralelo ao dos adjectivos, mas com uma particularidade notável: enquanto o adjectivo forma uma proposição independente com o substantivo a que se liga, o advérbio forma uma proposição sempre dependente, porque o substantivo a que éle se deve ligar não se encontra enunciado *explicitamente*, mas sim *implicitamente* no verbo da proposição de que depende. Assim a expressão «Pedro trabalha bem» equivale a «Pedro faz trabalho bom», e, segundo o que ficou estabelecido no caso anterior, a «Pedro faz trabalho, e o trabalho tem bondade». — Se, em vez de um verbo intransitivo, empregarmos um transitivo, teremos o mesmo caso: «Pedro estudou bem a lição» equivale a «Pedro estudou a lição, e o estudo (de Pedro) tem bondade». — O advérbio tem sempre a propriedade de decompor o verbo da proposição de que depende;

7.ª *enunciando-se apenas a coisa de mais importância e implicitamente, por meio de uma partícula auxiliar, a relação*: «(Eu vi o livro) de Pedro». — Esta expressão «de Pedro» não é, como as duas anteriores, considerada uma proposição, porque lhe falta um verbo. Contudo, visto que me circunscrevo ao domínio das idéias, e excludo o das formas, tenho para mim que aquela expressão é também uma proposição de construção também especial, como nos dois casos precedentes. — A expressão «de Pedro», que corresponde, quanto a idéa, a uma forma simples latina «Petri», pode-se considerar uma modalidade de exprimir a idéa do *ser*, do *existir*, do *ter*, do *possuir*. — Esta afirmação não deve causar estranheza, não só pelo que ficou dito nos dois números anteriores, como ainda porque no particípio presente «amante», por exemplo, encontramos mais uma forma simples que encerra em si uma idéa proposicional: «que ama». — A expressão «eu vi o livro de Pedro» equivale a «Pedro

tem o livro, e eu vi o (mesmo) livro». Sendo assim, temos que naquela expressão se estabelecem duas relações: uma entre «eu» e «livro», e a outra entre «Pedro» e «livro», feitas respectivamente pelo verbo «vi» e pela partícula «de», que exprime ali uma idéia de «posse».

•
•

De tudo quanto fica exposto se vê que a teoria da análise sintáctica não deve ser concebida senão dentro do âmbito da lógica, e que ela tem de obedecer a vários princípios ideológicos que se podem resumir assim:

1.º Toda a proposição simples é a expressão verbal de uma relação existente entre duas coisas.

2.º As coisas que se relacionam têm a sua hierarquia lógica, conforme as circunstâncias, isto é, não é arbitrária a ordem das palavras na proposição.

3.º São várias as naturezas das relações que podem existir entre as coisas.

4.º Para exprimir certas relações possuímos vários processos de construção sintáctica.

5.º As idéias podem ser simples ou compostas, conforme são relações existentes entre duas ou mais coisas.

6.º As idéias podem ser expressas de uma de duas maneiras: por *juxtaposição*, ou por *confusão*:

a) — as idéias são expressas por *juxtaposição*, quando se encontram colocadas ao lado umas das outras, podendo ser por *coordenação* ou por *subordinação*;

b) — as idéias são expressas por *confusão*, quando um dos elementos da proposição se não encontra enunciado *explicitamente*, mas sim *implicitamente*, podendo ser essa expressão feita por meio de verbos intransitivos, de adjectivos, de advérbios, e da partícula «de»

Lisboa, 18 de Novembro de 1925

RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA



CULTURA

publicará no próximo número:

Letras Brasileiras,

pelo Dr. Manuel de Souza Pinto

Museus de Arte Rústica,

pelo Dr. João Barreira

A Atitude Estética,

por António Serras Pereira

Estética Musical,

pelo Doutor Manuel Ramos

Antero de Quental nos Açores,

por Teotónio Machado Pires

e outros

Protestamos energica e legitimamente contra o despotismo que se está exercendo sobre nós, e reclamamos o que de direito nos pertence. Se não fecham-se as Faculdades de Letras e de Sciencias,

é de lastimar que sejamos nós quem tenha de levantar a voz por esta causa justa e clara, por tantos titulos,

Antes de nós deviam pronunciar-se com calor e com soberba, convictos de que a razão lhes pertencia, os corpos docentes universitários e liceais.

3.º — Outro ponto há ainda que muito conviria se tratasse, porque o abandono a que os poderes públicos o têm votado não só contraria a boa justiça, como a imperiosa necessidade dos factos: queremos referir-nos ao ensino feminino.

Com que razão e com que direito se há-de descurar tão importante capítulo da instrução pública?

As alunas da Faculdade de Letras de Lisboa desejariam a fundação de pelo menos mais três liceus femininos, um em Lisboa, outro no Pôrto e outro em Coimbra, ou então que se ampliassem os já existentes.

Pugnám as referidas alunas não só pelo interesse próprio, mas ainda pelo do ensino.

Discordam fundamentalmente da prática do ensino-mixto: elle é imoral e não corresponde ás necessidades; os individuos dos dois sexos não podem no nosso país, sem graves consequências, viver em intimos contactos; por outro lado se é certo que o que convem aos rapazes é uma educação masculina, não é menos certo tambem que o que convem a uma menina é uma educação bem definitivamente feminina.

Se se considera impossivel a criação de novos liceus, procure-se, ao menos, solucionar este problema, criando nos liceus masculinos secções femininas.

Os alunos da Faculdade de Letras de Lisboa reputam a questão do ensino feminino mais séria que muita gente imagina.

Por terem experiência própria de quanto vale a coeducação é que desassombadamente falam deste modo.

A coeducação não dignifica a mulher, como em tempo ouvimos a um professor do liceu; a coeducação é o passo mais agigantado que se tem dado nos últimos tempos para a desmoralisação da nossa sociedade.

Não é este lugar apropriado para aduzir pro-

vas irreputáveis desta afirmação, e por isso nos limitamos a fazê-la sem illustrações.

RODRIGO DE SA NOGUEIRA

INGRATIDÃO seria, se ao apresentarmo-nos ao publico, não manifestássemos, embora em breves linhas, que a morte de Cândido de Figueiredo não passou para nós despercebida.

Teve Cândido de Figueiredo muitos admiradores, e teve tambem muitos detractores. Quer um, quer o outro dos dois partidos, exageraram os seus sentimentos, para com aquele infatigável cultor da língua pátria, porque ambos o observaram com parcialidade manifesta.

Não foi Cândido de Figueiredo glotólogo profundo; não; mas isso não basta para que o condenemos. Foi, contudo, um divulgador tenaz e honesto da boa doutrina, que teve o poder de chamar a atenção de centenas de pessoas para o estudo da língua pátria e para o culto da pureza e da disciplina gramaticais.

Se é certo que os glotólogos de grande envergadura scientifica muito merecem pela luz que lançam por sobre as múltiplas obscuridades que a cada passo surgem nos estudos linguísticos, não é menos certo que tambem muito merecem aqueles que dão a conhecer ao vulgo os frutos dos trabalhos dos primeiros.

A morte de Cândido de Figueiredo foi, pois, uma verdadeira perda nacional. Não senti-la é ingratidão.

R. S. N.

FIGURAS há que passam pela terra de um modo tão singular, que, a ter-se de falar delas, ou se deve dizer muito, ou então nada: D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos é uma das tais figuras.

Quando morreu Gama Barros pouco barulho fizeram os jornais. Disso se queixou muita gente, mas a nosso ver melhor foi assim, porque de um Gama Barros ou se diz muito, ou nada se diz, e aquilo que se disser deve ser bem pensado, para não falsear a verdade.

Com D. Carolina outro tanto se fez. Antes assim.

Neste cantinho da *Coltura* não nos propomos apresentar dados para biografia da sábia, que a morte levou, não porque o não merecesse, mas por fidelidade à teoria apontada no princípio desta nota. Aqui o que pretendemos é apenas deixar exarada a comoção profunda que nos causou a morte daquela angélica Senhora.

Angélica, sim, porque, se é certo que nela o saber havia subido a um tão elevado grau, não é menos certo que a bondade nunca fementida do seu coração até à morte a acompanhou.

Um exemplo só para definir o carácter da excelsa Senhora: quando se deu a rotura de relações entre Portugal e a Alemanha, de entre os alemães indicados para serem expulsos do nosso país figurava o nome de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos!...

Ao escrever estas linhas sentimos cair-nos a pena da mão! ao ter de repetir esta heresia sentimos-nos dominados por formidável desalento!

Mas não dissemos tudo.

Constou-nos que uma das pessoas que mais força fizeram junto do governo, para que o nome de D. Carolina fôsse incluído no Índice Expurgatório foi Teófilo Braga!...

Desde muito cedo nos habituamos a respeitar Teófilo Braga, e ainda hoje lhe respeitamos a memória, com carinho e com veneração. Mas não está nas nossas forças perdoar-lhe tamanha maldade.

Seria impróprio dêste lugar fazer considerações sobre este nefando procedimento. Citamo-lo apenas para frisar isto: apesar de Teófilo Braga ter tão injusta e tão malévolamente ferido D. Carolina, a angélica Senhora, se bem que maguada, consta-nos que, quando se referia a Teófilo Braga nas suas conversas particulares, era sempre com termos corteses, e classificando-o de sábio.

Sirva êste acto de exemplo aos rancorosos infrenes; sirva êle de lição aos juizes da terra.

R. S. N.

CVLTVRA pretende ser uma revista de trabalhos honestos — tanto nos processos, como nos intuítos, porque se nos afigura que o valor de cada um é tanto maior quanto maior for a honestidade com que se apresente.

E, sendo assim, *Coltura* honra-se, fazendo justiça à memória de Gama Barros. Ali, junto a Santa Catarina, o investigador, pondo em correnteza o produto da incansável rebusca de papeis velhos, foi dobando, dobando a teia de ouro do seu trabalho. O rio em baixo, os montes curvos e encinzeirados da outra banda, serenos e permanentes, eram um exemplo e um silêncio afirmar de constância àquela vontade.

A historiografia nacional é quasi sempre preconceituosa e tresvairada. De longe em longe, ergue-se uma solitária palmeira neste deserto sem fim de premeditação e de epilepsia: Fernão Lopes, Damião de Gois, Caetano do Amaral, Herculano, Gama Barros.

Os demais são, quando muito, *cactus* das dunas, de lindas e pluricronadas flôres exóticas — mas venenoso perfume...

E porque Gama Barros é dos poucos da muita honestidade e do muito saber, e porque com êle tem muito português aprendido a ser honesto e a conhecer o seu país, *Coltura* quer registar o nome dum Homem nas suas páginas. Morreu. Em quanto vivo foi exemplo: a sua memória continua a gritar-nos, sem alardo, mas com firmeza, êsse exemplo alto dum altíssimo carácter e dum labor benemérito.

Coltura sente a morte do sábio honesto e guarda a sua memória com reverência e respeito.

O soneto «Puberdade», do poeta Américo Durão, que inserimos no presente número faz parte do livro inédito *Lampada de Argila*, que brevemente será dado à publicidade.

No próximo número publicaremos o primeiro capítulo da novela quinhentista *Coroação de Amor*, do poeta nacionalista Francisco Beliz.

CVLTVRA deseja de dar nas suas páginas o maior auxílio ao intercâmbio intelectual hispano-americano, conta incluir nos próximos números trabalhos honestos dos mais honestos escritores da Hespanha, do Brasil e das Repúblicas Sul-Americanas.

CVLTVRA PUBLICA-
SÉRIES DE SEIS NUMEROS
PERIODICAMENTE DURANTE

CVLTVRA NO FIM D
SÉRIE PUBLICARÁ UMA CAP
INDICE, GRATUITOS PARA C
NANTES, E UM NUMERO ESPE
EDIÇÃO DE LUXO, INDEPE
DA ASSINATURA E DO V

CVLTVRA FARÁ AS C
ÇAS TRIMESTRALMENTE
DE PUBLICADOS OS 2.
NUMEROS E ANTES DOS
NUMEROS RESPECTIVA

CVLTVRA

REVISTA DE LETRAS

ANO I

SÉRIE I

- LISBOA, FEVEREIRO DE 1926 -

SUMÁRIO

Puberdade, pelo Dr. Américo Du-
rão.

Fialho de Almeida, Recordações,
pelo Doutor Silva Telles, prof.
da Universidade de Lisboa.

A Parabola da Areia e da Lágrima,
por Ramiro Guedes de Campos,
da Faculdade de Letras.

Queimada no Alemenjo, por Silvina
Pacheco do Carmo, da Facul-
dado de Letras.

Soneto de El-Rei D. Sancho, por
Águia de Pina, das Faculdades
de Letras e de Direito.

Episódios da Questão da Sebenta,
pelo Doutor José Maria Rodri-
gues, prof. da Universidade de
Lisboa.

Esmorzo do Pinheiral, por Manuel
Rosa, das Faculdades de Letras
e de Direito.

A Atitude Moral, por José Neves,
da Faculdade de Letras.

*Para a Historia da Arqueologia
Portuguesa*, pelo Doutor J. Leite
de Vasconcelos, prof. da Uni-
versidade de Lisboa.

*Considerações críticas sobre a im-
propriedade das nomenclaturas
e classificações gramaticais*, pelo
Dr. Rodrigo de Sá Nogueira.

Vinheta da capa, de Cassiano
Branco, arquiteto.

Neste cantinho da *Coltura* não nos propomos apresentar dados para biografia da sábia, que a morte levou, não porque o não merecesse, mas por fidelidade à teoria apontada no princípio desta nota. Aqui o que pretendemos é apenas deixar exarada a comoção profunda que nos causou a morte daquela angélica Senhora.

Angélica, sim, porque, se é certo que nela o saber havia subido a um tão elevado grau, não é menos certo que a bondade nunca fementida do seu coração até à morte a acompanhou.

Um exemplo só para definir o carácter da excelsa Senhora: quando se deu a rotura de relações entre Portugal e a Alemanha, de entre os alemães indicados para serem expulsos do nosso país figurava o nome de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos!...

Ao escrever estas linhas sentimos cair-nos a pena da mão! ao ter de repetir esta heresia sentimento-nos dominados por formidável desalento!

Mas não dissemos tudo.

Constou-nos que uma das pessoas que mais força fizeram junto do governo, para que o nome de D. Carolina fôsse incluído no Índice Expurgatório foi Teófilo Braga!...

Desde muito cedo nos habituamos a respeitar Teófilo Braga, e ainda hoje lhe respeitamos a memória, com carinho e com veneração. Mas não está nas nossas forças perdoar-lhe tamanha maldade.

Seria impróprio dêste lugar fazer considerações sobre este nefando procedimento. Citamo-lo apenas para frisar isto: apesar de Teófilo Braga ter tão injusta e tão malévola ferido D. Carolina, a angélica Senhora, se bem que maguada, consta-nos que, quando se referia a Teófilo Braga nas suas conversas particulares, era sempre com termos corteses, e classificando-o de sábio.

Sirva êste acto de exemplo aos rancorosos infrenes; sirva êle de lição aos juizes da terra.

R. S. N.

CVLTVRA pretende ser uma revista de trabalhos honestos — tando nos processos, como nos intuitos, porque se nos afigura que o valor de cada um é tanto maior quanto maior for a honestidade com que se apresenta.

E, sendo assim, *Coltura* honra-se, fazendo justiça à memória de Gama Barros. Ali, junto a Santa Catarina, o investigador, pondo em correnteza o produto da incansável rebusca de papeis velhos, foi dobando. dobando a teia de ouro do seu trabalho. O rio em baixo, os montes curvos e encinzeirados da outra banda, serenos e permanentes, eram um exemplo e um silencioso afirmar de constância àquela vontade.

A historiografia nacional é quasi sempre preconceituosa e tresvairada. De longe em longe, ergue-se uma solitária palmeira neste deserto sem fim de premeditação e de epilepsia: Fernão Lopes, Damião de Gois, Caetano do Amaral, Herculano, Gama Barros.

Os demais são, quando muito, *cactus* das dunas, de lindas e pluricronadas flôres exóticas — mas venoso perfume...

E porque Gama Barros é dos poucos da muita honestidade e do muito saber, e porque com êle tem muito português aprendido a ser honesto e a conhecer o seu país, *Coltura* quer registar o nome dum Homem nas suas páginas. Morreu. Em quanto vivo foi exemplo: a sua memória continua a gritar-nos, sem alardo, mas com firmeza, êsse exemplo alto dum altíssimo carácter e dum labor benemérito.

Coltura sente a morte do sábio honesto e guarda a sua memória com reverência e respeito.

O soneto «Puberdade», do poeta Américo Durão, que inserimos no presente número faz parte do livro inédito *Lampada de Argila*, que brevemente será dado à publicidade.

No próximo número publicaremos o primeiro capítulo da novela quincentista *Coroação de Amor*, do poeta nacionalista Francisco Beliz.

CVLTVRA desejosa de dar nas suas páginas o maior auxilio ao intercâmbio intelectual hispano-americano, conta incluir nos próximos números trabalhos honestos dos mais honestos escritores da Hespanha, do Brasil e das Repúblicas Sul-Americanas.

CVLTVRA PUBLICA-SE EM
SÉRIES DE SEIS NUMEROS SAÍNDOS
PERIODICAMENTE DURANTE O ANO.

CVLTVRA NO FIM DE CADA
SÉRIE PUBLICARÁ UMA CAPA E UM
ÍNDICE, GRATUITOS PARA OS ASSI-
NANTES, E UM NÚMERO ESPECIAL EM
EDIÇÃO DE LUXO, INDEPENDENTE
DA ASSINATURA E DO VOLUME.

CVLTVRA FARÁ AS COBRAN-
ÇAS TRIMESTRALMENTE DEPOIS
DE PUBLICADOS OS 2.º E 5.º
NÚMEROS E ANTES DOS 3.º E 6.º
NÚMEROS RESPECTIVAMENTE.

